

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de agosto de 2024 às 07h55
Seleção de Notícias

Correio Braziliense - Online | BR

Desenho Industrial	
A Política de Propriedade Intelectual da Agência Espacial Brasileira	3
OPINIÃO	

Folha.com | BR

28 de agosto de 2024 Direitos Autorais	
Executivos de big techs podem ser responsabilizados pelo que acontece em suas plataformas? . . .	5
ÚLTIMAS NOTÍCIAS ADAM SATARIANO	

Agência Câmara | BR

28 de agosto de 2024 Direitos Autorais	
Uso de inteligência artificial em dublagens é tema de audiência na Câmara - Notícias	8
NOTÍCIAS FAVOR	

Migalhas | BR

28 de agosto de 2024 Patentes	
Lançamento da obra "Violação de Patente Por Contribuição"	9
AGENDA	
28 de agosto de 2024 Arbitragem e Mediação	
XI Congresso de Arbitragem e 17ª Conferência Bienal da IFCAI	10
AGENDA	

A Política de Propriedade Intelectual da Agência Espacial Brasileira



"A Política de **Propriedade** Intelectual adotada pela AEB tem como fundamento as regras já estabelecidas, no entanto, traz disposições específicas para o setor espacial, visando principalmente a proteção e gerenciamento de invenções e tecnologias criadas com base nos recursos da agência"

Por Pedro Tinoco e Victoria Francesca Buzzacaro Antongini - A Agência Espacial Brasileira (AEB), por meio da portaria nº 1.520/2024, implementou sua Política de **Propriedade** Intelectual, por meio da qual são estabelecidas diretrizes para a gestão de **propriedade** intelectual no setor espacial, visando a regulamentação, proteção e o gerenciamento das invenções e das tecnologias desenvolvidas pela agência, adaptando os regramentos trazidos pela Lei de **Propriedade** Industrial, Lei de **Direito** Autoral e Lei de Programa de Computador para a realidade do setor.

Como sabemos, a Lei de Propriedade Industrial, a Lei de **Direito** Autoral e a Lei de Programa de Computador são os instrumentos jurídicos que tutelam de forma abrangente cada um desses ativos intelectuais, trazendo em seus s orientações amplas e procedimentais a respeito do tratamento de propriedades industriais, como marcas, **patentes**, **desenhos** industriais, de obras autorais e programas de computadores.

A Política de **Propriedade** Intelectual adotada pela AEB tem como fundamento as regras já estabelecidas pelos normativos acima indicados, no entanto, traz disposições específicas para o setor espacial, visando principalmente a proteção e gerenciamento de invenções e tecnologias criadas com base nos recursos da agência.

Nesse sentido, vejamos abaixo os pontos da Política de Propriedade Intelectual da AEB que merecem destaque:

1. Licenciamento não exclusivo: a propriedade intelectual da AEB será preferencialmente licenciada de forma não exclusiva, visando maximizar os benefícios econômicos para a agência, nos termos do art. 4º;
2. Análise pelo NIT: o Núcleo de Informação Tecnológica da AEB (NIT) será responsável por analisar a viabilidade da proteção legal de qualquer **propriedade** intelectual de titularidade ou cotitularidade da AEB. Se o NIT optar por não proteger determinado ativo, os criadores e/ou autores poderão adotar medidas de proteção por conta própria, conforme estabelecido no art. 5º, caput e §1º;
3. Propriedade Intelectual da AEB: todos os direitos de propriedade intelectual que sejam resultantes de atividades realizadas na AEB e/ou que envolvam os recursos financeiros, infraestrutura, equipamentos e informações pertencentes ou disponibilizadas pela AEB serão de propriedade da agência, independentemente da natureza do vínculo entre as partes, nos termos do art. 7º;
4. Proteções Alternativas: ativos que não são passíveis de proteção por meio de direitos de **propriedade** intelectual, como segredos comerciais e técnicas de produção, mas que tenham sido gerados em função das atividades realizadas pela AEB, e en-

Continuação: A Política de Propriedade Intelectual da Agência Espacial Brasileira

volvam a utilização de seus recursos, serão de titularidade da agência e passíveis de sigilo, nos termos do art. 9º; e

5. Participação Econômica dos Criadores: é assegurado aos criadores e aos autores a participação de 1/3 dos ganhos econômicos auferidos pela AEB no uso ou exploração da criação protegida, nos termos do art. 19.

Essas diretrizes refletem o compromisso da AEB com a proteção eficaz de seus conhecimentos e com a promoção de uma cultura de reconhecimento e in-

centivo à inovação no setor espacial, sendo certo que a implementação da Política de **Propriedade** Intelectual otimizará e incentivará a criação, o uso e a exploração das tecnologias espaciais em nosso país.

Pedro é sócio da área de propriedade intelectual do escritório Almeida Advogados

Victoria é advogada especialista em propriedade intelectual do escritório Almeida Advogados

Executivos de big techs podem ser responsabilizados pelo que acontece em suas plataformas?

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Londres |

Neste mês, a plataforma social X encerrou suas operações no Brasil após um de seus executivos ser ameaçado de prisão por não remover determinado conteúdo. No ano passado, Changpeng Zhao, fundador da Binance, se declarou culpado por violações federais de lavagem de dinheiro que ocorreram em sua plataforma de criptomoedas. Em 2021, executivos do Twitter na Índia enfrentaram prisão por postagens que o governo queria remover do site.

E no sábado, Pavel Durov, fundador da ferramenta de comunicação online Telegram, foi preso na França como parte de uma investigação sobre a cumplicidade da plataforma em crimes, incluindo posse e distribuição de imagens de abuso sexual infantil.

Shou Zi Chew, CEO do TikTok e Mark Zuckerberg, CEO do Meta, chegam para testemunhar perante o Comitê Judiciário do Senado dos EUA, na audiência "Big Tech e a Crise de Exploração Sexual Infantil Online", em Washington, DC, em janeiro deste ano.

-

Por anos, executivos de empresas de **internet** raramente enfrentaram responsabilidade pessoal em

democracias ocidentais pelo que acontecia em suas plataformas. Mas à medida que agências de aplicação da lei, reguladores e formuladores de políticas intensificam a fiscalização de plataformas online e exchanges, eles estão cada vez mais considerando quando responsabilizar diretamente os líderes das empresas.

Essa mudança foi destacada pela prisão de Durov no fim de semana, levantando questões sobre se executivos de tecnologia como Mark Zuckerberg, do Meta, também correm o risco de serem presos quando pisarem em solo europeu.

Por enquanto, os executivos de tecnologia têm pouco a temer, com casos como o de Durov provavelmente sendo exceções, disseram especialistas. Historicamente, as empresas têm sido responsabilizadas pelas transgressões de uma plataforma, em vez de indivíduos. E legalmente, o padrão é alto nos Estados Unidos e na Europa para processar indivíduos por atividades em suas empresas, especialmente com leis dos EUA como a Seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações, que protege as plataformas de **internet** de serem responsabilizadas por discursos prejudiciais.

Mas o limiar para responsabilizar os executivos pelo que acontece em seus sites está diminuindo em áreas específicas, especialmente a segurança infantil, disse TJ McIntyre, professor associado da Faculdade de Direito da University College Dublin.

No ano passado, o Reino Unido aprovou uma lei de segurança online que pode responsabilizar pessoalmente os líderes de tecnologia se sua empresa for informada sobre conteúdo que coloca em risco a segurança infantil e sistematicamente falha em removê-lo. Mesmo a Seção 230 não se aplica a algumas formas de discurso proibido, como abuso sexual in-

Continuação: Executivos de big techs podem ser responsabilizados pelo que acontece em suas plataformas?

fantil.

"Há um arco de 30 anos aqui", disse McIntyre. Desde os anos 1990, disse ele, os executivos de tecnologia não costumavam ser responsabilizados pelo que os usuários faziam em suas plataformas, embora essa abordagem agora esteja sendo questionada por aqueles que desejam uma maior responsabilidade.

Durov, 39 anos, não foi formalmente acusado de nenhum crime e pode permanecer sob custódia das autoridades francesas até quarta-feira. Embora as autoridades francesas tenham fornecido poucos detalhes, ele enfrenta uma série de possíveis acusações relacionadas às atividades no Telegram, incluindo material de abuso sexual infantil, tráfico de drogas, fraude, lavagem de dinheiro, auxílio a transações criminosas e recusa em cooperar com a aplicação da lei.

Durov se tornou um alvo com um ethos anti-autoritário de que os governos não devem restringir o que as pessoas dizem e fazem online, exceto em casos raros, disseram os especialistas. Ao contrário do Meta, Google e outras plataformas online que normalmente cumprem ordens governamentais, o Telegram também foi criticado pelas autoridades francesas por não cooperar com a aplicação da lei.

Após a prisão de Durov, o Telegram disse que respeita as leis da UE e que é "absurdo afirmar que uma plataforma ou seu proprietário são responsáveis pelo abuso dessa plataforma".

As empresas de tecnologia estão prestando muita atenção à responsabilidade legal que seus executivos podem enfrentar. Este ano, o Meta conseguiu remover Zuckerberg, seu CEO, como réu em um processo movido pelo procurador-geral do Novo México contra a empresa por falhas na proteção infantil.

Na China, Rússia e outros países autoritários, empresas de tecnologia dos EUA às vezes retiraram seus funcionários para evitar que fossem presos. A

preocupação é que os funcionários sejam usados como alavanca para forçar as empresas a fazer coisas como remover conteúdo desfavorável ao governo.

Anteriormente, apenas alguns casos notáveis surgiram em que os executivos de tecnologia eram vistos como potencialmente responsáveis pelas atividades que ocorriam em seus serviços. Em 1998, Felix Somm, ex-executivo da CompuServe, uma empresa de serviços online, recebeu uma sentença suspensa de dois anos na Alemanha por cumplicidade na proliferação de pornografia na **internet**. Ele foi posteriormente absolvido. 2002, Timothy Koogle, ex-CEO do Yahoo, enfrentou acusações na França pela venda de memorabilia nazista no site. Ele também foi posteriormente absolvido.

Em 2012, Kim Dotcom, o fundador do Megaupload, foi preso pelas autoridades dos EUA por violação de **direitos** autorais relacionada ao seu site. Ross W. Ulbricht, o criador do mercado negro online Silk Road, foi condenado nos Estados Unidos por facilitar vendas ilícitas de drogas em 2015. Em 2016, o Brasil brevemente aprisionou um executivo do Facebook por não entregar dados de mensagens do WhatsApp em uma investigação de tráfico de drogas.

Essas instâncias foram encerradas no fim de semana com a prisão de Durov.

Um desafio para promotores e agências de aplicação da lei é provar que um executivo de tecnologia tinha conhecimento de atividades ilegais em suas plataformas e não tentou reduzir os danos, disse Daphne Keller, professora de direito da **internet** na Faculdade de Direito da Universidade de Stanford.

Isso é difícil de demonstrar, uma vez que TikTok, YouTube, Snap e Meta, que é proprietária do Facebook e Instagram, trabalharam para remover e relatar conteúdo ilegal às autoridades policiais, para que seus executivos possam argumentar que tentaram fazer a coisa certa.

Continuação: Executivos de big techs podem ser responsabilizados pelo que acontece em suas plataformas?

"O conhecimento é a questão-chave aqui", disse Keller, ex-advogada do Google. "É o gatilho usual para qualquer pessoa perder a imunidade."

Ainda assim, o risco de processos é necessário para forçar as empresas de tecnologia a agir, disse Bruce Daisley, que foi vice-presidente do Twitter antes de Elon Musk comprar o site em 2022 e renomeá-lo para X.

"Essa ameaça de sanção pessoal é muito mais eficaz sobre os executivos do que o risco de multas corporativas", escreveu Daisley recentemente no The Guardian.

Uso de inteligência artificial em dublagens é tema de audiência na Câmara - Notícias

NOTÍCIAS



que só profissionais humanos podem oferecer", afirma Professora Luciene. A regulamentação, continua a deputada, deve equilibrar os avanços tecnológicos com a preservação do trabalho artístico, "garantindo que a IA seja usada como ferramenta complementar e não como substituto".

Professora Luciene alerta que a inteligência artificial deve respeitar as leis de **direitos** autorais e evitar perpetuar estereótipos e discriminações. "A regulamentação precisa ser inclusiva, consultando todos os envolvidos no setor", cobra a parlamentar.

Educação, cultura e esportes

Da Redação - ND

Uso de inteligência artificial em dublagens é tema de audiência na Câmara

0

Comentários

28/08/2024 - 09:50

Divulgação/Sesc-SP

Inteligência artificial deve respeitar **direito** autoral e evitar perpetuar estereótipos

As comissões de Cultura; e de Trabalho da Câmara dos Deputados discute, nesta quinta-feira (29), o uso de inteligência artificial (IA) no setor cultural da dublagem. O debate atende a pedido da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e será realizado às 14 horas, no plenário 12.

Veja quem foi convidado para discutir o assunto

"É crucial que a IA não substitua dubladores, preservando a expressão vocal e a interpretação artística

Lançamento da obra "Violação de Patente Por Contribuição"

AGENDA



O lançamento acontece na Livraria da Vila, shopping JK Iguatemi, em São Paulo.

O lançamento acontece dia 4/9, às 19h, em SP.(Imagem: Divulgação)

O lançamento acontece dia 4/9, às 19h, em SP.
Lançamento Lançamento da obra "**Violação** de Patente Por Contribuição" O lançamento acontece dia 4/9, às 19h, em SP. quarta-feira, 28 de agosto de 2024
Atualizado às 15:54 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

No dia 4/9, das 19 às 21h, Livia Barboza Maia, sócia do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, lança o livro "**Violação** de Patente Por Contribuição" (Editora Lumen Juris). A obra é fruto de sua dissertação de mestrado em Direito Civil, pela UERJ, sob a orientação do professor titular Anderson Schreiber.

XI Congresso de Arbitragem e 17ª Conferência Bienal da IFCAI

AGENDA



Evento acontece nos dias 14 e 15/10.

Congresso XI Congresso de **Arbitragem** e 17ª Conferência Bienal da IFCAI Evento acontece nos dias 14 e 15/10. quarta-feira, 28 de agosto de 2024 Atualizado às 16:31 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá realiza nos dias 14 e 15/10, com início às 9h, o "XI Congresso de **Arbitragem**" e a "17ª Conferência Bienal da IFCAI". Os eventos acontecerão em São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.401.

O Congresso aborda os desafios mais atuais enfrentados pela **arbitragem** e suas tendências. Com uma agenda consistente baseada em casos administrados pelo CAM-CCBC, o evento estimula o debate entre profissionais renomados que buscam novas soluções para o mercado arbitral, e tem como objetivo incentivar a troca de experiências entre profissionais de diferentes nacionalidades; estimular o debate entre os diversos agentes da **Arbitragem** Internacional; promover a cidade de São Paulo como sede de Arbitragens Internacionais; e discutir os desafios enfrentados na **arbitragem** hoje e emergentes no futuro próximo.

Programa do Evento 14 de Outubro

09:00 - 09:30 - Credenciamento e Café de Boas-Vindas
abpi.empauta.com

das 09:30 - 09:45 - Discurso de Abertura - Presidente do CAM-CCBC
09:45 - 10:30 - Palestra CAM-CCBC
10:30 - 11:00 - Coffee Break
11:00 - 12:30 - Painel I | Insights sobre **Arbitragem** de Fundos de Investimento: Uma Visão Global sobre Estrutura e Práticas Jurídicas
12:30 - 13:00 - CAM-CCBC NEWS
13:00 - 14:30 - Almoço
14:30 - 16:00 - Painel II | Compensação para Decolagem: Explorando o Caminho da **Arbitragem** nas Concessões Aeroportuárias
16:00 - 16:30 - Coffee Break
16:30 - 18:00 - Painel III | A Influência da Cultura Jurídica na Produção de Provas na Arbitragem
18:00 - 18:10 - Considerações Finais - Vice-Presidente do CAM-????

Programa do Evento 15 de outubro

09:00 - 09:30 - Inscrição e Café de Boas-Vindas
09:30 - 09:45 - Discurso de Abertura - Presidente da IFCAI
09:45 - 10:30 - Discurso de Abertura IFCAI
10:30 - 11:00 - Coffee Break
11:00 - 12:30 - Painel I | O Impacto da Mídia na **Arbitragem** Comercial
12:30 - 13:00 - CAM-CCBC NOVA GERAÇÃO
13:00 - 14:30 - Almoço
14:30 - 16:00 - Painel II | Metodologias para Restauração do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
16:00 - 16:30 - Coffee Break
16:30 - 18:00 - Painel III | Dever de Divulgação e Contribuição das Instituições
18:00 - 18:10 - Considerações Finais - Vice-Presidente do CAM-CCBC

XI Congresso de **Arbitragem** e a 17ª Conferência Bienal da IFCAI (Imagem: Divulgação CAM-CCBC)

Continuação: XI Congresso de Arbitragem e 17ª Conferência Bienal da IFCAI

Realização: Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da
Câmara de Comércio Brasil-Canadá

Para mais informações e inscrições, .

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Direitos Autorais
3, 5, 8

Patentes
3, 9

Desenho Industrial
3

Propriedade Industrial
3

Arbitragem e Mediação
10